

“Contabilizar ganho com ORTN cambial prejudica os bancos”

por Patrícia Saboia
de São Paulo

As recentes altas das ações de bancos não devem ser creditadas a qualquer medida constante do último pacote. As medidas, na realidade, fizeram aumentar de 45 para 50% a carga tributária dos bancos, segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas, Alkimar Moura, e a obrigatoriedade de contabilizar o ganho com as ORTN cambiais não é, como parece, um benefício: enquanto estes ganhos significam receita financeira não realizada, sobre eles haverá um desembolso real para pagar mais Imposto de Renda, como alertou o professor Antoninho Trevisan (FGV).

Convidados pela Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec) para dissecar os efeitos do pacote, ambos concordam em que haverá necessidade de novas medidas no final do ano, principalmente no âmbito do Imposto de Renda. Como explicou o economista e consultor tributário Antonio Augusto de Mesquita Neto, os Decretos-leis nºs 2.028 e 2.031, que tratam do imposto sobre trabalho assalariado e da antecipação do Imposto de Renda dos



Antoninho Trevisan

bancos, deixarão “um buraco” que precisará ser coberto em 1984 pela Receita Federal.

Antoninho Trevisan analisou as diferenças entre as maxidesvalorizações de 1979 e de fevereiro deste ano, através do Decreto-lei nº 2.029, entendendo que o governo “criaria um caos” se penalizasse as empresas desta vez — daí ter deixado a critério de cada uma deduzir como despesa parte ou o todo: “Quem quiser ter lucro, não registra”, explicou. Em resumo, o decreto foi “benéfico para quem teve prejuízo, e penalizou quem ganhou com a máxi”.

A questão da contabiliza-

ção de ganhos com as ORTN cambiais não pode explicar qualquer alta com as ações de bancos, na medida em que só os prejuízos, esclareceu Trevisan. “Levar este ganho contábil aos resultados é um tiro pela culatra, pois significa receita não realizada.” Se, de um lado, não há geração de caixa, de outro haverá saída de caixa decorrente de maior pagamento do Imposto de Renda.

“NOVO PACOTE”

Ao fazer a abordagem macroeconômica do pacote, Alkimar Moura disse que a “única certeza que temos, hoje, é a de que terá de haver um novo pacote”. Sem ele, chegaremos ao fim do ano “na mesma situação, ou pior: com mais recessão e inflação mais al-

ta”. No seu entender, a política que gerou o pacote foi a de “empurrar com a barriga” os problemas, pois a existência de três orçamentos distintos, por exemplo, torna absolutamente “impossível que qualquer analista sério meça o tamanho do déficit público”.

Ele é de opinião que os “spreads” dos bancos cairão pressionados por dois fatores: aumento real “acentuado” nas taxas de captação e aumento também nas taxas de empréstimos. Na ponta da captação, como reflexo dos aumentos do compulsório e redução do prazo de retenção dos impostos; nos empréstimos, para tentar uma ponderação nos aumentos dos juros agrícolas.